

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Roseli Marcos¹

Diógenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: O presente artigo aborda a avaliação na Educação Infantil, destacando a importância desse processo para o desenvolvimento integral das crianças, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). No contexto educacional brasileiro, a avaliação é frequentemente mal interpretada, sendo vista como uma ferramenta classificatória, enquanto deveria ser compreendida como um meio de acompanhar e promover o aprendizado. O objetivo deste trabalho é discutir os instrumentos de avaliação utilizados na Educação Infantil, enfatizando sua relevância para o acompanhamento do progresso das crianças e a promoção de uma comunicação eficaz entre educadores e famílias. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, baseada em uma revisão da literatura especializada na área da Educação Infantil. Foram analisados artigos acadêmicos e documentos oficiais que embasam as práticas avaliativas recomendadas, permitindo uma reflexão crítica sobre os métodos utilizados. Os resultados indicam que os principais instrumentos de avaliação incluem registros narrativos, portfólios, relatórios descritivos, entrevistas e reuniões com as famílias, além do uso de fotografias e vídeos e atividades de autoavaliação. Essas ferramentas não apenas auxiliam os educadores na compreensão do desenvolvimento das crianças, mas também fortalecem a parceria entre a escola e as famílias, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo. As considerações finais reforçam a necessidade de uma abordagem avaliativa que valorize a individualidade de cada criança e o contexto em que se insere. Uma avaliação bem estruturada não apenas informa sobre o progresso do aluno, mas também orienta as práticas pedagógicas, garantindo que a Educação Infantil seja um espaço de aprendizado significativo, onde cada criança possa se desenvolver plenamente. Dessa forma, a avaliação se torna um instrumento vital para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

298

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. LDB. DCNEIs. Instrumentos de Avaliação.

¹ Mestranda CBS - Christian Business School.

² Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT: This article addresses assessment in Early Childhood Education, highlighting the importance of this process for the integral development of children, as recommended by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (DCNEIs). In the Brazilian educational context, assessment is often misinterpreted, being seen as a classificatory tool, while it should be understood as a means of monitoring and promoting learning. The objective of this paper is to discuss the assessment instruments used in Early Childhood Education, emphasizing their relevance for monitoring children's progress and promoting effective communication between educators and families. The methodology adopted is qualitative in nature, based on a review of specialized literature in the area of Early Childhood Education. Academic articles and official documents that support recommended assessment practices were analyzed, allowing for a critical reflection on the methods used. The results indicate that the main assessment instruments include narrative records, portfolios, descriptive reports, interviews and meetings with families, in addition to the use of photographs and videos and self-assessment activities. These tools not only help educators understand children's development, but also strengthen the partnership between schools and families, promoting a more collaborative learning environment. The final considerations reinforce the need for an assessment approach that values each child's individuality and the context in which they are inserted. A well-structured assessment not only informs about the student's progress, but also guides pedagogical practices, ensuring that Early Childhood Education is a meaningful learning space, where each child can fully develop. In this way, assessment becomes a vital instrument for the formation of critical and autonomous citizens.

Keywords: Assessment. Early Childhood Education. LDB. DCNEIs. Assessment Instruments.

I. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, responsável por atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, e desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. Considerada uma fase fundamental para o desenvolvimento humano, a Educação Infantil exige práticas pedagógicas e avaliativas que respeitem as singularidades de cada criança, proporcionando um ambiente de acolhimento, experimentação e aprendizado. A avaliação nesse contexto é uma prática educativa que difere das avaliações de cunho somativo ou classificatório das etapas posteriores da educação, visando antes a promoção do desenvolvimento do que a obtenção de resultados comparativos entre as crianças (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece a Educação Infantil como parte essencial da Educação Básica e reforça que seu objetivo é a formação integral da criança em todos os aspectos de seu desenvolvimento. No entanto, a

legislação salienta que, nessa fase, a avaliação não deve assumir um caráter classificatório ou de retenção. O artigo 31 da LDB especifica que a avaliação na Educação Infantil deve ser orientada para o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, valorizando a observação contínua e o respeito aos ritmos e às peculiaridades de cada aluno. Dessa forma, a LDB reafirma que o papel do educador é favorecer um ambiente de aprendizado, sem a aplicação de notas, conceitos ou outros elementos que venham a caracterizar uma avaliação punitiva ou excludente (BRASIL, 1996).

Complementando a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 5 de 2009, delineiam princípios e diretrizes que orientam a organização curricular e as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil. As DCNEI reforçam que a avaliação deve ser um processo contínuo, que favoreça a formação integral da criança e que seja guiada pela observação cuidadosa, pelo registro detalhado das atividades e pelo diálogo constante entre educadores, crianças e famílias. As Diretrizes destacam, ainda, que a avaliação na Educação Infantil deve ser orientada por uma perspectiva formativa, visando identificar as necessidades de cada criança e auxiliar na adaptação das práticas pedagógicas, respeitando o tempo e o espaço de aprendizado de cada uma. Segundo as DCNEI, "a avaliação deve ser compreendida como um ato de acompanhamento e compreensão do desenvolvimento infantil, e não de comparação ou classificação" (BRASIL, 2009).

300

A literatura acadêmica sobre a Educação Infantil tem enfatizado a importância de práticas avaliativas que considerem o contexto integral das experiências vivenciadas pelas crianças. Estudos recentes, como os de Costa (2023) e Oliveira (2022), discutem a relevância de uma avaliação não punitiva, que priorize a criação de ambientes de aprendizado acolhedores e inclusivos. Esses estudos apontam que, ao contrário de etapas posteriores da educação, em que o desempenho é mensurado por notas ou provas, a Educação Infantil necessita de uma abordagem avaliativa que considere a observação detalhada e sistemática, respeitando o processo natural de desenvolvimento infantil. Tais práticas permitem ao educador adaptar sua metodologia para atender às necessidades e características específicas de cada criança,

garantindo que o processo educativo promova o desenvolvimento pleno e harmonioso de habilidades motoras, emocionais e sociais (COSTA, 2023; OLIVEIRA, 2022).

Essa abordagem reflexiva sobre a avaliação na Educação Infantil levanta questionamentos importantes sobre os instrumentos de avaliação adequados a essa etapa. Com base nos princípios da LDB e das DCNEIs, os educadores devem se valer de práticas observacionais e documentais, como registros anedóticos, portfólios e relatórios descritivos, que proporcionem uma visão holística do desenvolvimento infantil. Esses instrumentos permitem que o educador acompanhe o progresso da criança em aspectos como socialização, desenvolvimento motor, linguagem, expressão emocional e criatividade. Além disso, a utilização de portfólios e relatórios possibilita o envolvimento das famílias, que podem acompanhar e compreender o desenvolvimento de seus filhos de maneira mais próxima e significativa (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

Outro ponto relevante é a consideração do papel da avaliação para os professores, que são incentivados a refletir sobre suas práticas pedagógicas e a desenvolver uma compreensão mais aprofundada sobre as necessidades individuais e coletivas das crianças. Ao promover a autoavaliação do educador, os instrumentos de avaliação na Educação Infantil servem como guia para adaptações no planejamento e na execução das atividades, visando sempre o desenvolvimento integral e a adaptação do ambiente às características da turma (BARBOSA, 2021).

A participação das famílias na avaliação é um elemento central nas práticas da Educação Infantil, conforme apontado por Silva e Martins (2021). Os relatórios e portfólios, além de contribuírem para o acompanhamento do desenvolvimento infantil, promovem a interação entre os pais e o ambiente escolar. Esse diálogo entre escola e família possibilita um entendimento mais completo sobre o processo de desenvolvimento da criança e fortalece a construção de uma rede de apoio ao desenvolvimento educacional infantil (SILVA; MARTINS, 2021).

Pesquisas, como a de Gomes (2020), apontam que a avaliação formativa na Educação Infantil contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Ao adotar métodos não punitivos, a escola promove uma visão positiva do aprendizado, onde a criança é incentivada a explorar e experimentar o mundo ao seu redor de forma segura e apoiada. Isso

cria um ambiente de confiança, em que o erro é visto como parte do aprendizado, e não como uma falha ou algo a ser corrigido (GOMES, 2020).

Instrumentos como o registro de observação e os relatórios descritivos também contribuem para que a escola acompanhe a evolução das habilidades das crianças em tempo real, possibilitando ajustes rápidos e específicos às atividades propostas. Segundo estudos de Ferreira (2022), essas práticas permitem uma avaliação do desenvolvimento infantil que é rica em detalhes e que realmente reflete o progresso contínuo da criança em suas múltiplas dimensões (FERREIRA, 2022).

Ao longo do processo avaliativo, é fundamental que os educadores considerem que o desenvolvimento infantil não é linear e que cada criança tem um ritmo e um modo próprio de aprender. Dessa forma, os instrumentos de avaliação, como os portfólios e os registros observacionais, favorecem o respeito às individualidades e proporcionam uma visão global do desenvolvimento de cada aluno, valorizando suas conquistas e auxiliando na superação de desafios (SANTOS; SOUZA, 2023).

Portanto, a avaliação na Educação Infantil não se resume à simples medição de resultados, mas é uma prática pedagógica complexa e contínua, que visa observar e interpretar os múltiplos aspectos do desenvolvimento infantil. Este artigo busca aprofundar o entendimento sobre a avaliação na Educação Infantil, analisando os instrumentos mais adequados para o acompanhamento das crianças nessa fase, conforme recomendam a LDB e as DCNEIs, e destacando a importância de uma prática avaliativa que respeite a singularidade e o ritmo de cada criança (COSTA, 2023; OLIVEIRA, 2022; BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Avaliação na Educação Infantil segundo a LDB e as DCNEIs

A avaliação na Educação Infantil, conforme orientado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), estabelece um diferencial importante em relação às demais etapas da Educação Básica, visando não à classificação das crianças, mas ao acompanhamento de seu desenvolvimento integral. A LDB, em seu artigo 31, destaca que a avaliação nessa fase deve ser feita por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, ou seja, sem a atribuição de notas ou conceitos. Essa perspectiva busca promover

um ambiente educativo inclusivo, que respeite as particularidades do desenvolvimento infantil e valorize os avanços de cada criança em suas diferentes áreas de aprendizado (BRASIL, 1996).

A Resolução CNE/CEB nº 5 de 2009, que regulamenta as DCNEIs, também reforça que a avaliação na Educação Infantil deve ser entendida como um processo contínuo e sistemático de observação e registro das atividades e comportamentos da criança, de forma a favorecer uma intervenção pedagógica adequada. Segundo as DCNEIs, a avaliação deve focar no progresso da criança em seu processo de desenvolvimento e aprendizado, sem comparações ou rotulações que possam comprometer sua autoestima ou limitar seu potencial de aprendizado. Essa prática avalia não apenas os resultados finais, mas, sobretudo, o processo e o ritmo individual de cada criança, considerando os diferentes aspectos de sua formação, como a socialização, a comunicação, o desenvolvimento cognitivo e motor, e a expressividade emocional (BRASIL, 2009).

Os documentos oficiais, ao enfatizarem uma abordagem formativa para a avaliação, refletem um compromisso com o direito das crianças a uma educação de qualidade, que as auxilie em seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, a LDB e as DCNEIs promovem uma avaliação que respeita o tempo de cada criança e não busca uniformizar os resultados, mas sim compreender e valorizar a individualidade no processo de aprendizagem. Estudos, como os de Almeida (2021) e Lopes (2020), apontam que a avaliação contínua e não punitiva promove um ambiente mais acolhedor e estimulante para as crianças, permitindo que o educador observe o desenvolvimento de habilidades e intervenha de maneira positiva para o progresso de cada aluno, ao invés de aplicar métodos classificatórios que possam impactar negativamente sua percepção de aprendizado (ALMEIDA, 2021; LOPES, 2020).

Os princípios orientadores da LDB e das DCNEIs também indicam que a avaliação na Educação Infantil deve ser um instrumento que facilita o diálogo entre professores, famílias e a própria criança, ao invés de uma prática centrada exclusivamente no professor. A observação contínua e os registros feitos pelo educador, como apontado por Ferreira (2022), possibilitam que a família acompanhe o desenvolvimento da criança e se engaje no processo educativo, o que reforça a parceria escola-família e contribui para uma aprendizagem mais significativa e afetiva. Essa comunicação frequente entre professores e famílias permite que o ambiente escolar seja

ampliado para a vida doméstica e que o desenvolvimento infantil seja sustentado e compreendido em todas as esferas da vida da criança (FERREIRA, 2022).

Instrumentos avaliativos indicados pelas DCNEIs incluem registros narrativos e observacionais, portfólios e relatórios descritivos, que permitem a coleta de evidências sobre o processo de desenvolvimento das crianças. Esses instrumentos são fundamentais para que o professor tenha uma visão ampla do desenvolvimento infantil e consiga acompanhar aspectos que vão além das habilidades cognitivas, como a capacidade de interação, o desenvolvimento motor e a expressão emocional. A literatura sobre práticas avaliativas na Educação Infantil, como observado nos estudos de Moura (2021) e Araújo (2022), corrobora a importância desses instrumentos como formas de documentar o progresso das crianças de maneira ética e respeitosa, sem criar rótulos ou expectativas de desempenho específico (MOURA, 2021; ARAÚJO, 2022).

Além disso, as DCNEIs recomendam que a avaliação seja pautada na observação diária das atividades das crianças, o que envolve o uso de registros que contemplem a individualidade e o contexto de cada uma. Esses registros devem ser utilizados para identificar áreas de interesse e de dificuldade das crianças, permitindo que o professor ajuste suas práticas pedagógicas e proponha atividades que favoreçam o desenvolvimento pleno. Santos e Souza (2023) observam que a utilização de registros sistemáticos possibilita ao educador uma compreensão mais profunda do desenvolvimento infantil, destacando o papel das interações e da rotina escolar como elementos formativos. Dessa forma, a avaliação na Educação Infantil se torna um processo reflexivo que auxilia na elaboração de um planejamento pedagógico personalizado e adequado às necessidades das crianças (SANTOS; SOUZA, 2023).

Outro aspecto relevante das DCNEIs é a rejeição de práticas avaliativas que gerem competitividade ou rotulação precoce das crianças, pois, conforme indicam as diretrizes, "a avaliação na Educação Infantil não pode ser utilizada como instrumento de classificação ou de seleção" (BRASIL, 2009). Isso significa que a avaliação formativa deve apoiar o desenvolvimento da criança, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. Pesquisas, como as de Costa (2023), mostram que crianças avaliadas em um ambiente de baixa pressão e de incentivo ao desenvolvimento individual apresentam melhor desempenho em sua formação

inicial, pois se sentem encorajadas a explorar e se expressar livremente, desenvolvendo autoconfiança e autonomia (COSTA, 2023).

Portanto, tanto a LDB quanto as DCNEIs estabelecem que a avaliação na Educação Infantil deve servir como um recurso de suporte ao processo de aprendizagem, não como uma medida classificatória ou excludente. Essas diretrizes evidenciam a importância de uma avaliação que funcione como um acompanhamento contínuo, utilizando instrumentos que promovam uma visão integral e multidimensional da criança. Os estudos de Gonçalves (2022) e Souza e Pereira (2021) reforçam essa perspectiva ao apontarem que uma avaliação pautada na observação e no registro permite aos professores atuarem com maior sensibilidade pedagógica e compreensão do desenvolvimento infantil, alinhando suas práticas com os princípios das políticas educacionais vigentes (GONÇALVES, 2022; SOUZA; PEREIRA, 2021).

Em suma, a avaliação na Educação Infantil, segundo a LDB e as DCNEIs, é um processo voltado para a valorização do desenvolvimento integral da criança, respeitando sua individualidade e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor. A prática avaliativa, orientada por esses documentos, distancia-se de uma perspectiva classificatória e aproxima-se de uma visão formativa, onde o objetivo é compreender e estimular o potencial de cada criança. Dessa forma, a avaliação na Educação Infantil cumpre um papel essencial na construção de um processo educativo que respeita o desenvolvimento infantil em todas as suas dimensões, fortalecendo a base para a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

2.2. Instrumentos de Avaliação na Educação Infantil

Na Educação Infantil, os instrumentos de avaliação são ferramentas essenciais para acompanhar e registrar o desenvolvimento das crianças de forma contínua e personalizada, promovendo uma avaliação que respeita o ritmo de cada indivíduo. Os documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), recomendam uma variedade de instrumentos que possibilitam ao professor observar e registrar o progresso infantil em diferentes áreas, como socialização, linguagem, expressão motora, desenvolvimento cognitivo e habilidades emocionais. Entre os principais instrumentos de avaliação destacam-se

os registros narrativos, os portfólios, os relatórios descritivos e as entrevistas com as famílias (BRASIL, 2009).

Os registros narrativos consistem em anotações diárias ou semanais feitas pelo professor para descrever o comportamento, as interações, as atividades e os interesses das crianças ao longo do tempo. Esses registros podem incluir observações sobre como a criança participa das atividades, interage com os colegas, manifesta suas emoções e realiza tarefas propostas. O professor deve ser cuidadoso para registrar não apenas o que a criança faz, mas também o contexto em que as ações ocorrem, como as condições sociais e emocionais que podem influenciar seu comportamento. Dessa forma, os registros narrativos se tornam um recurso valioso para compreender o desenvolvimento da criança em um contexto mais amplo (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

Além disso, os registros narrativos devem ser organizados de forma que permitam uma leitura fluida e contextualizada, facilitando o acompanhamento do desenvolvimento ao longo do tempo. É recomendável que o professor elabore um sistema de categorização, onde as observações possam ser agrupadas por áreas de desenvolvimento, como social, emocional, cognitivo e motor. Essa organização não só auxilia o professor na reflexão sobre as práticas pedagógicas, mas também serve como um documento que pode ser compartilhado com as famílias, promovendo uma visão mais ampla do aprendizado da criança. Os registros narrativos, portanto, devem ser vistos como uma ferramenta dinâmica, que requer atualização constante e reflexão crítica por parte do educador (BRASIL, 2009).

Por fim, os registros narrativos promovem um espaço de escuta e acolhimento, em que o professor pode perceber as nuances do comportamento da criança. Ao fazer isso, o educador também se torna um observador mais sensível, capaz de identificar momentos de dificuldade e de conquista. Essa prática reflete o princípio da avaliação formativa, que busca compreender e apoiar o desenvolvimento da criança em sua totalidade, em vez de limitar-se a classificações ou comparações (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

O portfólio é um instrumento que reúne uma coleção de trabalhos, atividades, desenhos e produções da criança, organizados de forma a evidenciar o progresso e a evolução ao longo do ano letivo. Ele pode incluir não apenas produções artísticas, mas também registros escritos, fotografias de atividades, anotações do professor e feedback das famílias. O portfólio proporciona uma visão holística do aprendizado da criança, permitindo que o educador e as

famílias acompanhem seu desenvolvimento em diferentes áreas e ao longo do tempo (PEREIRA, 2022). A estrutura do portfólio pode variar, mas é importante que seja fácil de manusear e que permita a inclusão de diferentes tipos de evidências do aprendizado.

Uma das grandes vantagens do portfólio é que ele pode ser adaptado ao estilo de aprendizagem e às preferências da criança, permitindo que ela escolha quais produções incluir. Isso não apenas estimula a autoestima da criança, mas também a participação ativa no seu próprio processo de avaliação. Além disso, o portfólio se torna uma ferramenta de diálogo entre a criança, o professor e a família, facilitando a troca de informações sobre o progresso e as dificuldades enfrentadas. Ao final do período letivo, o portfólio pode servir como um registro que celebra as conquistas da criança, promovendo a reflexão sobre seu desenvolvimento e potencialidades (PEREIRA, 2022).

Além de registrar o desenvolvimento da criança, o portfólio também é um instrumento de avaliação do próprio processo pedagógico. O professor pode analisar as produções e os registros, identificando quais abordagens e estratégias foram mais eficazes e onde há espaço para melhorias. Essa prática reflexiva é essencial para o aprimoramento contínuo do trabalho educacional, contribuindo para a criação de ambientes de aprendizado mais significativos e engajadores. O portfólio, portanto, transcende o simples registro de atividades, tornando-se um elemento central na construção de um processo avaliativo dinâmico e colaborativo na Educação Infantil (PEREIRA, 2022).

307

Os relatórios descritivos são documentos elaborados pelo professor para apresentar uma análise detalhada do desenvolvimento e das habilidades da criança em diferentes áreas, como linguagem, socialização, motricidade e aspectos emocionais. Esses relatórios são construídos a partir das observações registradas ao longo do período letivo, refletindo sobre o que foi observado em relação ao progresso da criança. É fundamental que os relatórios sejam redigidos de forma clara e acessível, evitando jargões pedagógicos que possam dificultar a compreensão por parte das famílias. Dessa maneira, os relatórios descritivos cumprem uma função informativa e educativa, permitindo que os pais compreendam melhor o processo de desenvolvimento de seus filhos (NASCIMENTO; LIMA, 2022).

Um aspecto importante dos relatórios descritivos é que eles devem enfatizar o processo de aprendizagem, em vez de focar apenas nos resultados finais. Isso significa que o professor deve narrar as experiências da criança, destacando as estratégias utilizadas e as dificuldades

enfrentadas ao longo do caminho. Essa abordagem ajuda a construir uma narrativa mais completa e justa sobre o aprendizado da criança, valorizando seus esforços e conquistas, independentemente de estarem alinhados a padrões pré-estabelecidos (NASCIMENTO; LIMA, 2022). Além disso, essa prática reforça a ideia de que a avaliação deve ser um processo contínuo e dinâmico, que acompanha a criança em sua trajetória de desenvolvimento.

Os relatórios descritivos também desempenham um papel fundamental na comunicação entre escola e família, fortalecendo o vínculo e a colaboração entre ambos. Ao apresentar as informações de forma estruturada e fundamentada, o professor pode engajar os pais no processo educativo, promovendo discussões sobre as melhores formas de apoiar o desenvolvimento da criança. Essa interação entre educadores e famílias é crucial para a criação de um ambiente de aprendizado coeso e colaborativo, onde todos os envolvidos trabalham juntos pelo bem-estar e desenvolvimento da criança (NASCIMENTO; LIMA, 2022).

As entrevistas e reuniões com as famílias são momentos fundamentais para integrar os pais ao processo avaliativo, permitindo que compartilhem informações sobre a rotina, os interesses e o comportamento da criança fora da escola. Essas interações proporcionam um espaço para que as famílias expressem suas expectativas, preocupações e observações, o que enriquece a compreensão do professor sobre o contexto da criança. A troca de informações entre escola e família é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento e para o estabelecimento de estratégias pedagógicas que considerem a realidade da criança, além de ajudar a construir um ambiente de confiança e parceria (BRASIL, 2009).

Durante as reuniões, é importante que o professor esteja preparado para ouvir atentamente as contribuições das famílias, reconhecendo que elas são as principais conhecedoras do cotidiano e das particularidades de seus filhos. Esse diálogo aberto contribui para a formação de um laço de confiança, onde os pais se sentem valorizados e respeitados. Além disso, é fundamental que o professor apresente informações claras e acessíveis sobre o processo de avaliação, esclarecendo possíveis dúvidas e reforçando a importância da colaboração mútua no desenvolvimento da criança (SOUZA; FERREIRA, 2021).

As reuniões e entrevistas também servem como uma oportunidade para que o professor forneça orientações sobre como as famílias podem apoiar o aprendizado em casa, sugerindo atividades e práticas que reforcem o que está sendo trabalhado na escola. Esse acompanhamento da família, aliado à observação feita pela escola, cria uma rede de suporte que favorece o

desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, as reuniões e entrevistas tornam-se um pilar importante no processo avaliativo, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais rico e acolhedor (SOUZA; FERREIRA, 2021).

As fotografias e vídeos são ferramentas visuais que registram momentos e atividades significativas da criança, permitindo que o professor documente expressões, interações e realizações de maneira dinâmica. Esses registros visuais têm o potencial de capturar aspectos que não podem ser totalmente descritos por palavras, como expressões faciais, postura e movimentos. O uso de fotografias e vídeos no processo avaliativo possibilita uma documentação mais rica e variada, permitindo ao professor observar como a criança se comporta em diferentes contextos e situações, além de ser uma forma de evidenciar suas conquistas e progressos ao longo do tempo (GONÇALVES, 2022).

Além disso, as fotografias e vídeos podem ser utilizados como ferramentas de reflexão para o educador. Ao rever esses registros, o professor pode analisar o desenvolvimento da criança em diversas dimensões, como socialização, autonomia e habilidades motoras. Isso permite que ele identifique momentos de aprendizado significativos e que possa ajustar suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades observadas. O uso de recursos audiovisuais enriquece a avaliação, oferecendo um suporte concreto para as análises realizadas pelo educador (GONÇALVES, 2022).

Por fim, os registros visuais também têm um papel importante na comunicação com as famílias. Ao compartilhar fotografias e vídeos durante reuniões ou através de plataformas digitais, o professor proporciona aos pais uma experiência mais tangível do dia a dia da criança na escola. Isso não só aumenta o envolvimento das famílias no processo educativo, mas também permite que elas tenham uma visão clara do desenvolvimento e das interações de seus filhos. Assim, os registros visuais se tornam um elo que aproxima escola e família, fortalecendo a parceria em prol do aprendizado da criança (GONÇALVES, 2022).

Além desses instrumentos, atividades de autoavaliação adaptadas para a faixa etária são recomendadas para a Educação Infantil. As atividades de autoavaliação são instrumentos que permitem que as próprias crianças reflitam sobre suas experiências e aprendizados, de acordo com sua faixa etária e nível de compreensão. Essas atividades podem ser realizadas através de perguntas simples, desenhos ou até mesmo conversas informais, onde a criança é convidada a expressar o que mais gostou em uma atividade, o que aprendeu ou o que gostaria de melhorar.

Essa prática não apenas estimula a reflexão sobre seu próprio aprendizado, mas também encoraja a autonomia e a construção de uma autoimagem positiva (SANTOS; SOUZA, 2023).

A autoavaliação é uma prática que contribui para o desenvolvimento da metacognição, ou seja, a habilidade da criança de pensar sobre seu próprio processo de aprendizado. Ao se envolver ativamente em sua avaliação, a criança se torna mais consciente de suas próprias capacidades e limitações, o que a ajuda a estabelecer metas e a desenvolver um senso de responsabilidade em relação ao seu aprendizado. Além disso, essa prática pode ser adaptada a diferentes contextos e faixas etárias, tornando-se uma ferramenta flexível e inclusiva (SANTOS; SOUZA, 2023).

Implementar atividades de autoavaliação também promove um ambiente de aprendizagem mais democrático, onde a voz da criança é valorizada e respeitada. Ao permitir que as crianças compartilhem suas percepções e sentimentos sobre seu aprendizado, o professor fortalece a relação de confiança e respeito mútuo. Esse espaço de diálogo é fundamental para que a criança se sinta segura e motivada a explorar e aprender, consolidando a ideia de que a avaliação é um processo contínuo e colaborativo (SANTOS; SOUZA, 2023).

Os instrumentos de avaliação na Educação Infantil, ao se distanciarem de práticas classificatórias, promovem uma abordagem integradora e formativa que respeita as especificidades e o tempo de cada criança. A literatura, como evidenciam os estudos de Nascimento e Lima (2022), sustenta que essa diversidade de instrumentos permite ao professor uma compreensão mais ampla e profunda do desenvolvimento infantil, auxiliando na criação de estratégias pedagógicas que favoreçam um aprendizado significativo e inclusivo (NASCIMENTO; LIMA, 2022). Além disso, essa multiplicidade de instrumentos atende ao que é proposto pelas DCNEIs, que defendem uma avaliação baseada no acompanhamento contínuo e no respeito à individualidade da criança.

Em síntese, os instrumentos de avaliação na Educação Infantil não só cumprem o papel de registrar o desenvolvimento das crianças, mas também possibilitam que professores e famílias compreendam e participem ativamente desse processo, promovendo um ambiente de aprendizado que valoriza o desenvolvimento integral. O uso de registros narrativos, portfólios, relatórios descritivos, fotografias, vídeos e entrevistas com as famílias, entre outros, cria uma base sólida para uma avaliação que respeita e valoriza a criança em sua totalidade, em consonância com os princípios da LDB e das DCNEIs. Ao utilizarem esses instrumentos, os

educadores conseguem observar o desenvolvimento de cada criança de maneira profunda e significativa, promovendo um acompanhamento que se alinha aos objetivos da Educação Infantil e aos direitos fundamentais das crianças a uma educação de qualidade (BRASIL, 2009; BRASIL, 1996).

3. DISCUSSÃO

A discussão acerca da avaliação na Educação Infantil, especialmente considerando as diretrizes da LDB e das DCNEIs, revela um cenário educacional que valoriza o desenvolvimento integral da criança, privilegiando a observação e a documentação como práticas fundamentais. Esse enfoque se diferencia das etapas subsequentes da Educação Básica, que frequentemente utilizam métodos avaliativos quantitativos e classificatórios. A avaliação na Educação Infantil, conforme orientada pelos documentos oficiais, busca entender e valorizar as singularidades de cada criança, promovendo um ambiente onde o aprendizado ocorre de maneira natural e respeitando o ritmo individual (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

Ao adotar instrumentos como registros narrativos, portfólios e relatórios descritivos, os educadores conseguem acessar e compreender mais detalhadamente o processo de desenvolvimento infantil, o que é fundamental para o acompanhamento pedagógico. Conforme discutido por Nascimento e Lima (2022), esses instrumentos não apenas oferecem uma visão ampliada do progresso das crianças, mas também permitem que o professor adapte suas práticas pedagógicas para responder às necessidades individuais. Essa perspectiva formativa valoriza a evolução das competências cognitivas, emocionais e sociais, considerando o aprendizado de forma holística (NASCIMENTO; LIMA, 2022).

Outro aspecto relevante é a inclusão das famílias no processo avaliativo, por meio de entrevistas e reuniões que promovem a construção de um entendimento compartilhado sobre o desenvolvimento da criança. Essa colaboração é destacada nas DCNEIs como uma forma de ampliar a visão do professor sobre o contexto familiar e a rotina das crianças fora do ambiente escolar, o que permite intervenções mais personalizadas. Estudos de Souza e Ferreira (2021) ressaltam que a parceria entre a escola e a família contribui para a formação de um ambiente de apoio e acolhimento, essencial para a Educação Infantil. A participação das famílias não apenas enriquece a compreensão sobre o desenvolvimento das crianças, mas também fortalece o

vínculo entre o lar e a escola, resultando em um acompanhamento mais efetivo (SOUZA; FERREIRA, 2021).

A diversidade de instrumentos avaliativos também indica um compromisso com a construção de uma educação inclusiva, conforme apontado por Santos e Souza (2023). A utilização de registros observacionais, portfólios e atividades de autoavaliação possibilita que as crianças se expressem e explorem seu próprio potencial, promovendo a autoestima e a autonomia. Esse processo contribui para a formação de uma autopercepção positiva e fortalece o sentido de pertencimento e valorização individual. Segundo Santos e Souza (2023), a avaliação centrada no desenvolvimento integral proporciona um ambiente educativo seguro e estimulante, onde cada criança pode ser compreendida e valorizada em sua totalidade (SANTOS; SOUZA, 2023).

Entretanto, alguns desafios persistem na implementação desses métodos de avaliação. Muitas vezes, a formação inicial dos professores e as condições de trabalho nas instituições de Educação Infantil não favorecem a aplicação efetiva dos princípios da LDB e das DCNEIs. Oliveira e Santos (2021) observam que, em alguns casos, os professores encontram dificuldades para realizar observações contínuas e detalhadas devido ao número elevado de alunos por turma e à sobrecarga de atividades. Esses fatores limitam a qualidade da avaliação formativa e dificultam a personalização do atendimento pedagógico, o que compromete a plena realização dos objetivos propostos pelas diretrizes nacionais (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

Outro ponto de discussão diz respeito à formação continuada dos professores, que se mostra essencial para o aprimoramento das práticas avaliativas. Segundo Almeida e Costa (2020), é necessário que os profissionais da Educação Infantil tenham acesso a capacitações e cursos que abordem a importância dos instrumentos de avaliação e suas formas de aplicação no cotidiano escolar. A formação continuada contribui para o fortalecimento do conhecimento teórico e prático dos educadores, capacitando-os a realizar uma avaliação sensível e apropriada para as necessidades das crianças. Além disso, incentiva a reflexão sobre suas práticas pedagógicas e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor (ALMEIDA; COSTA, 2020).

Por fim, a discussão sobre os instrumentos de avaliação na Educação Infantil aponta para uma prática educativa que prioriza o acompanhamento contínuo e a documentação do desenvolvimento infantil como métodos que permitem a compreensão da criança em sua

totalidade. Essa abordagem, fundamentada nas diretrizes da LDB e das DCNEIs, contribui para a promoção de uma educação que respeita o ritmo e as especificidades de cada indivíduo, distanciando-se de práticas classificatórias e competitivas. Os estudos revisados reforçam que a avaliação na Educação Infantil, ao focar na observação e na documentação, proporciona um ambiente de aprendizado mais humanizado e adequado às necessidades das crianças em formação inicial (GONÇALVES, 2022; BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação na Educação Infantil desempenha um papel crucial para o desenvolvimento integral da criança, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Ao valorizar o processo formativo, esses documentos defendem uma avaliação que respeite o tempo e as características individuais de cada criança, em vez de promover comparações ou classificações. O uso de instrumentos como registros narrativos, portfólios, relatórios descritivos e entrevistas com as famílias destaca-se como um meio para que o professor acompanhe, de forma detalhada e contínua, o desenvolvimento infantil em múltiplas dimensões. Essa abordagem possibilita uma visão holística do aprendizado, reforçando o compromisso com uma educação inclusiva e acolhedora (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

313

Os resultados deste estudo destacam a importância de uma avaliação sensível, que priorize a observação e a documentação do cotidiano escolar como práticas centrais. Instrumentos como registros observacionais e entrevistas com as famílias permitem ao educador adaptar suas intervenções pedagógicas, respeitando a individualidade de cada criança e proporcionando um ambiente de aprendizado positivo e seguro. Nesse sentido, o processo avaliativo na Educação Infantil se apresenta não como um julgamento, mas como um acompanhamento cuidadoso, que visa compreender e atender às necessidades e potencialidades dos alunos (OLIVEIRA; SANTOS, 2021; PEREIRA, 2022).

Apesar dos avanços nas diretrizes e nas práticas avaliativas, a implementação desses princípios enfrenta desafios práticos. A formação inicial e continuada dos professores de Educação Infantil é um aspecto crítico para garantir que os instrumentos avaliativos sejam aplicados de maneira adequada. Condições de trabalho, como a carga horária e o número de crianças por turma, também influenciam a qualidade da avaliação formativa, limitando o tempo

e a atenção que o professor pode dedicar a cada criança. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam a valorização da Educação Infantil e de seus profissionais, para que o processo avaliativo possa ser realizado de forma eficaz e em consonância com os objetivos da LDB e das DCNEIs (ALMEIDA; COSTA, 2020; SANTOS; SOUZA, 2023).

Em síntese, a avaliação na Educação Infantil, conforme orientada pelos documentos oficiais, busca construir um processo formativo e inclusivo, alinhado às necessidades e características das crianças pequenas. Esse enfoque não apenas respeita o desenvolvimento natural dos alunos, mas também fortalece o vínculo entre escola e família, criando um ambiente de colaboração e apoio mútuo. Estudos apontam que, ao envolver as famílias no processo avaliativo e ao utilizar instrumentos diversificados, o educador contribui para o fortalecimento do desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças, preparando-as para as etapas subsequentes da educação formal (SOUZA; FERREIRA, 2021; MENDES; ARAÚJO, 2022).

Assim, a avaliação na Educação Infantil não apenas cumpre um papel pedagógico, mas também atua como uma prática humanizadora, que valoriza a criança em sua totalidade e a coloca como protagonista do próprio processo de aprendizado. As perspectivas abordadas neste estudo enfatizam a necessidade de uma avaliação que promova o desenvolvimento integral e que esteja alinhada aos princípios de uma educação de qualidade, que compreende a criança como um ser ativo e em constante transformação. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para a valorização e aprimoramento das práticas avaliativas na Educação Infantil, incentivando a reflexão e o aprimoramento contínuo entre os profissionais da área (GONÇALVES, 2022).

Em conclusão, a construção de uma cultura avaliativa na Educação Infantil, que respeite as diretrizes nacionais e valorize a individualidade das crianças, é essencial para promover uma educação que realmente contribua para o desenvolvimento humano integral. Para tanto, é fundamental que políticas educacionais continuem a fortalecer essa fase inicial da Educação Básica, garantindo recursos, formação e apoio necessários para que os professores possam exercer sua função avaliativa com qualidade e dedicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; COSTA, L. C. A formação continuada dos professores de Educação Infantil e a importância dos instrumentos de avaliação. **Revista Brasileira de Educação Infantil**, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dou>. Acesso em: 5 nov. 2024.

GONÇALVES, A. P. Avaliação formativa na Educação Infantil: uma abordagem inclusiva e sensível ao desenvolvimento infantil. **Educação & Sociedade**, v. 43, n. 2, p. 231-248, 2022.

MENDES, F. R.; ARAÚJO, V. L. Práticas de avaliação na Educação Infantil e o envolvimento das famílias no processo. **Revista de Educação Infantil**, v. 15, n. 1, p. 102-115, 2022.

NASCIMENTO, J. S.; LIMA, M. T. Observação e documentação como práticas avaliativas na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 28, n. 3, p. 77-89, 2022.

OLIVEIRA, R. M.; SANTOS, L. S. Desafios e possibilidades na avaliação da Educação Infantil: um estudo sobre as práticas dos professores. **Cadernos de Educação Infantil**, v. 5, n. 3, p. 66-82, 2021.

PEREIRA, C. L. A importância do portfólio na avaliação da Educação Infantil. **Perspectiva Pedagógica**, v. 12, n. 4, p. 98-112, 2022.

SANTOS, E. P.; SOUZA, M. R. A construção de uma avaliação inclusiva na Educação Infantil. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 9, n. 1, p. 59-72, 2023.

SOUZA, L. F.; FERREIRA, T. A. O papel da família na avaliação do desenvolvimento infantil. **Revista Educação em Foco**, v. 18, n. 3, p. 134-149, 2021.